



CÓD: SL-083JL-22
7908433224716

TRT-PI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

600 Questões Gabaritadas



TRT-PI

| | |
|--|-----|
| 1. Língua Portuguesa | 05 |
| 2. Direito Processual do Trabalho | 49 |
| 3. Direito do Trabalho | 69 |
| 4. Direito Administrativo | 89 |
| 5. Direito Constitucional | 115 |
| 6. Noções de Administração Geral e Pública | 143 |
| 7. Raciocínio Lógico | 165 |

(D) Se numa relação afetiva entre duas pessoas poderiam ocorrer discensões, o que de fato se pretendia eram uma troca de afetos harmoniosos.

(E) Não apenas na arte, como assim também na física, o lugar do imperfeito existiria como um fator que proporcione o equilíbrio de uma determinada estrutura.

4. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em torno do bem e do mal

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

“Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti” parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: “Faz aos outros o que quiseses que façam a ti”. Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. As palavras de Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, passim)

Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti.

A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) fazei – queireis – vos façam a vós
- (B) faça – queiras – a ti te façam
- (C) façais – queirais – vos façam a vós
- (D) faça – quiseses – que a você lhe façam
- (E) faze – queirais – que se lhe faça

5. (FCC - TJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2017)

Instituições financeiras reconhecem que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira

Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos têm dificuldades de controlar as fraudes financeiras on-line no atual cenário tecnológico conectado e complexo. Mais de um terço (38%) das organizações reconhece que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira, revela pesquisa realizada por instituições renomadas.

O estudo revela que o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line, e 50% das organizações de serviços financeiros pesquisadas acreditam que há um crescimento das fraudes financeiras eletrônicas. Esse avanço, juntamente com o crescimento massivo dos pagamentos eletrônicos combinado aos novos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas corporativas, tem forçado, nos últimos anos, muitas delas a melhorar a eficiência de seus processos de negócios.

De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações que atuam no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas que, segundo as estatísticas, não são confiáveis contra fraude e apresentam uma grande porcentagem de falsos positivos. O uso incorreto dos sistemas de segurança também pode acarretar o bloqueio de transações. Também vale notar que o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes e, em última instância, uma redução nos lucros.

Conclui-se que a fraude não é o único obstáculo a ser superado: as instituições financeiras precisam também reduzir o número de alarmes falsos em seus sistemas a fim de fornecer o melhor atendimento possível ao cliente.

(Adaptado de: computerworld.com.br. Disponível em: <http://computerworld.com.br/quase-40-dos-bancos-nao-sao-capazes-de-diferenciar-um-ataque-de-atividades-normais-de-clientes>)

No texto, as formas verbais flexionadas no presente do indicativo “têm”, “acompanha” e “apresentam” indicam eventos que

- (A) já aconteceram e certamente não acontecerão mais.
- (B) ocorrem em condições hipotéticas.
- (C) se repetem com o passar dos dias.
- (D) não se repetirão num futuro próximo.
- (E) raramente aconteceram ou acontecem.

4.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Conforme previsões legais sobre a organização, jurisdição, competência das Varas do Trabalho e os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho,

(A) como regra geral, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

(B) cada Vara do Trabalho será composta por um juiz do trabalho, que será seu Presidente, e dois juízes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

(C) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

(D) nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, haverá um distribuidor, designado pelo juiz mais antigo do Fórum, exclusivamente dentre o quadro de oficiais de justiça do Tribunal Regional.

(E) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, cabendo recurso de suas decisões para o respectivo Tribunal de Justiça.

5.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Sobre o Tribunal Superior do Trabalho (TST),

(A) compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(B) a indicação, pelo Tribunal Superior do Trabalho, de Desembargadores do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho e Advogados, para comporem o Tribunal, far-se-á em lista sêxtupla.

(C) a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho são cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição em que concorrem os Ministros mais antigos da Corte, em número correspondente ao total dos cargos de direção, separadamente e também nessa ordem, sendo permitida a reeleição a qualquer dos cargos.

(D) o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho serão eleitos por 4 anos, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos 60 dias antecedentes ao término dos mandatos anteriores, e tomarão posse em sessão solene, na data marcada pelo Tribunal Pleno.

(E) compete ao mesmo conciliar e julgar, na forma da lei, em grau originário ou recursal ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais, os conflitos de direito sindical, assim como outras controvérsias decorrentes de relação de trabalho, e os litígios relativos ao cumprimento de suas próprias decisões, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos.

6.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em relação à competência material da Justiça do Trabalho, esta

(A) é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, mas não para as propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.

(B) não é competente para a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, ainda que se destine ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

(C) é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

(D) não é competente para processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).

(E) não é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.

7.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Considere as afirmações abaixo com base na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

I. Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

II. Havendo a parte executada interposto agravo de petição, é cabível mandado de segurança na hipótese de prosseguimento da execução, ainda que relativo a matéria não delimitada no agravo de petição.

III. Verificada a irregularidade de representação da parte na instância originária, o juiz designará prazo de 10 dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, extinguirá o processo, sem resolução de mérito, se a providência couber ao reclamante, ou considerará revel o reclamado, se a providência lhe couber.

IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a Súmula e Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

8.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

No tocante à competência da Justiça do Trabalho, considere:

I. É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ações possessórias, incluindo o interdito proibitório, ainda que essas ações sejam decorrentes do exercício de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.

II. A Justiça do Trabalho é competente para julgar mandando de segurança e habeas corpus quando o ato questionado envolver matéria de sua jurisdição, o que não ocorre com o habeas data envolvendo a mesma matéria, cuja competência é da Justiça comum.

III. Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, ainda que propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I.

9.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Caio sofreu acidente do trabalho em julho de 2003, razão pela qual ajuizou ação de indenização por danos morais e patrimoniais contra sua empregadora, perante a Justiça comum, que possuía competência para processar e julgar a ação na época. Ocorre que, com a Emenda Constitucional (EC) 45, de 8/12/2004, a referida ação foi enviada para a Justiça do Trabalho, ainda na fase de instrução probatória, com laudo médico pericial que concluiu que Caio sofreu sequelas graves que o tornaram incapaz para a mesma função que exercia. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) a ação deve ser devolvida para a Justiça comum, uma vez que a competência da Justiça do Trabalho ampliada pela EC 45/2004 prevê que receberá as ações iniciadas na Justiça comum, mas que já tenham, obrigatoriamente, sentença de mérito em primeiro grau.

(B) a ação deve ser devolvida para a Justiça comum, tendo em vista que já havia sido ajuizada antes da EC 45/2004, independentemente de ter sido proferida sentença de mérito em primeiro grau.

(C) a ação deve ser devolvida para a Justiça comum, uma vez que a competência da Justiça do Trabalho, ampliada pela EC 45/2004 apenas abrange o pedido de indenização por danos morais e materiais fundados em morte do empregado e não acidente do trabalho que causou sequelas.

(D) a ação deve permanecer na Justiça do Trabalho, mas o laudo médico deve ser refeito por um perito nomeado pelo Juiz do Trabalho, uma vez que o laudo elaborado por perito nomeado pelo Juiz de Direito não atende a todos os critérios exigidos para a correta elaboração de laudo médico numa ação trabalhista.

(E) a ação deve permanecer na Justiça do Trabalho, que passou a ser competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, mesmo não havendo sido proferida sentença de mérito em primeiro grau.

10.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Sobre os prazos no processo do trabalho,

(A) podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juiz entender necessário e em virtude de força maior, devidamente comprovada.

(B) são contínuos e irrelevantes, sendo contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

(C) sendo a parte intimada ou notificada no sábado, a contagem do prazo inicia-se na segunda-feira seguinte.

(D) o recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST interrompem os prazos recursais.

(E) quando não juntada a ata ao processo em 24 horas, contadas da audiência de julgamento, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.

(A) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de controle, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico, desde que não exponha os empregados a situação vexatória.

(B) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder disciplinar, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico de forma ampla.

(C) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de organização, mas somente terá validade se os questionamentos realizados por meio do polígrafo restringirem-se a questões de trabalho, não abrangendo questionamentos sobre a vida privada dos empregados.

(D) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, tendo em vista que a utilização do polígrafo está sendo feita por terceiro, alheio à relação de emprego, a quem não é atribuído o poder de direção, que é inerente à figura do empregador.

(E) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, causando danos à sua honra e à sua imagem, uma vez que a utilização do polígrafo extrapola o exercício do poder diretivo do empregador, por não ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como forma de controle de empregados.

6.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

(A) exclusividade.

(B) ausência de onerosidade.

(C) subordinação jurídica.

(D) boa-fé contratual objetiva.

(E) autonomia privada coletiva.

7.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Acerca do teletrabalho, de acordo com a legislação vigente,

(A) somente dependerão de previsão em contrato escrito as disposições relativas ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, podendo aquelas que dizem respeito à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto ser negociadas por qualquer meio, inclusive verbalmente.

(B) considera-se teletrabalho a prestação de serviços realizada integralmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, ainda que possa, por sua natureza, ser considerada como trabalho externo.

(C) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza por completo o regime de teletrabalho.

(D) a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

(E) o empregador, a seu exclusivo critério, poderá instruir os empregados, de maneira expressa, tácita, por escrito ou verbalmente, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

8.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Gerson foi contratado em 19/02/2018 pela empresa Oba Oba Festas e Eventos Ltda., na modalidade de trabalho intermitente. Por se tratar de forma nova de contratação,

Gerson tem dúvidas em relação às consequências caso recuse a oferta de trabalho pelo empregador. Considerando o que prevê a Lei nº 13.467/2017, a

(A) recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

(B) possibilidade de recusa da oferta demonstra inexistir subordinação em tal modalidade de contrato, razão pela qual Gerson não é considerado empregado, mas sim mero trabalhador intermitente.

(C) recusa da oferta de trabalho não é permitida pelo legislador, restando descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso isso ocorra.

(D) recusa da oferta representa modalidade de justa causa específica para o contrato de trabalho intermitente.

(E) recusa da oferta de trabalho deve ser motivada por Gerson, pois o empregador, ao celebrar o contrato de trabalho intermitente, conta com o trabalho do empregado sempre que precisar, somente sendo possível, portanto, a recusa nas hipóteses expressamente autorizadas por lei.

9.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Considere as afirmativas abaixo a respeito da modalidade de teletrabalho, introduzida no ordenamento jurídico trabalhista pela Lei no 13.467/2017.

I. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços exclusivamente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

II. Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, independente da concordância do empregado, desde que garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, não sendo necessário aditivo contratual.

III. O comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.

IV. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

10.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

O liame que se estabelece entre o empregador e seu empregado possui natureza jurídica contratual. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o contrato individual de trabalho e os sujeitos que o compõem,

(A) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante pagamento de valor fixo mensal.

(B) diante do princípio da tutela ao trabalhador a lei prevê que o contrato somente será válido se for acordado expressamente e por escrito.

(C) para configuração do contrato de trabalho distingue-se entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, ainda que presentes os pressupostos da relação de emprego.

(D) para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.

(E) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de um ano, admitindo-se, dentro deste prazo, até duas prorrogações, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.

11.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

A respeito do contrato individual de trabalho e de acordo com a legislação vigente, considere:

I. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

II. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 3 meses no mesmo tipo de atividade, ou por tempo superior a 6 meses em outro tipo de atividade.

III. Apenas quando o empregado for despedido por falta grave, no caso de readmissão, não serão computados no tempo de serviço os períodos, contínuos ou não, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

12.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Mauro trabalha na sede da empresa Cristal Ltda, localizada em São Paulo, e ocupa o cargo de Gerente de Produtos, enquadrado como cargo de confiança. O setor em que Mauro trabalha será totalmente desativado e passará a ser desenvolvido na filial da empresa, localizada na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo.

Nesse caso, nos termos da lei trabalhista vigente e do entendimento sumulado do TST, é **correto** afirmar que a empresa Cristal Ltda

(A) poderá transferir Mauro e qualquer outro empregado da empresa, unilateralmente, pois a transferência de empregado para outra localidade diversa da que resultar o contrato sempre será permitida, ainda que não haja anuência do empregado.

(B) não poderá, apesar de Mauro exercer cargo de confiança, unilateralmente, transferi-lo para a cidade de Campinas, ainda que haja comprovação da necessidade do serviço, pois não houve extinção do estabelecimento.

(C) poderá transferir Mauro, unilateralmente, para a cidade de Campinas, visto que exerce cargo de confiança, desde que haja comprovação da necessidade do serviço.

(A) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais.

(B) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina imperatividade.

(C) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade.

(D) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina presunção de legitimidade ou veracidade.

(E) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina autoexecutoriedade.

6.(FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2018)

São imprescindíveis ao ato administrativo, dentre seus elementos e atributos,

(A) sujeito e autoexecutoriedade.

(B) finalidade e autoexecutoriedade.

(C) motivação e presunção de veracidade.

(D) presunção de veracidade e forma solene.

(E) objeto e presunção de veracidade.

7.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Um particular interessado em obter porte de arma solicitou à Administração consentimento para tanto. Nesta hipótese, a manifestação positiva da Administração, que demanda análise de aspectos subjetivos do requerente, consistirá em um ato administrativo

(A) unilateral e vinculado, que faculta o uso, sem restrições, quando o particular preencher as condições objetivas necessárias e previstas em lei.

(B) vinculado, de natureza bilateral, que se denomina licença.

(C) discricionário e precário, que se denomina licença e se fundamenta no poder disciplinar.

(D) discricionário, mas não precário, bilateral, podendo denominar-se licença ou autorização, indistintamente.

(E) unilateral, discricionário e precário, que se denomina autorização.

8.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2017)

O ato administrativo discricionário

(A) apresenta discricionariedade em todos os seus requisitos, exceto quanto à competência para a prática do ato.

(B) apresenta discricionariedade em um de seus requisitos, qual seja, a finalidade.

(C) não comporta anulação.

(D) é passível de revogação.

(E) não está sujeito a controle judicial.

9.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Dentre as espécies de atos administrativos,

(A) a homologação não possui natureza jurídica de ato administrativo de efeitos concretos, tendo em vista que não constitui direitos, prestando-se a dar publicidade a ato administrativo anteriormente praticado.

(B) os atos administrativos vinculados não conferem direitos subjetivos, já que estes advêm diretamente da lei, independentemente da edição daqueles.

(C) alguns atos administrativos praticados demandam análise de adequação com os requisitos legais para sua emissão, o que, em sendo constatado, é reconhecido por meio de homologação.

(D) os atos administrativos discricionários são editados ou não conforme margem de liberdade dada ao Administrador público, tal como ocorre com as licenças.

(E) a admissão de pessoal possui natureza jurídica de contrato administrativo, vez que forma vínculo definitivo entre empregador e Estado.

10.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Numa hipótese em que um processo administrativo disciplinar tenha tramitado até a fase final, com proferimento de decisão aplicando penalidade ao servidor público, e que se tenha verificado a inexistência de intimação do mesmo no início do procedimento para apresentação de regular defesa,

(A) a decisão não pode ser revista administrativa-mente, tendo em vista que não é obrigatória a apresentação de defesa e será possível questionar integralmente o resultado no Judiciário.

(B) há nulidade, gerando fundamento para anulação dos atos posteriores e retomando-se o procedimento para conferir oportunidade de defesa ao servidor público.

(C) é discricionária a decisão pela revogação do procedimento, considerando que a decisão administrativa proferida em processo disciplinar não faz coisa julgada, não gerando efeitos ao servidor público antes da homologação judicial.

(D) é de rigor a revogação do processo, reabrindo-se prazo para defesa do servidor público, sendo possível, no entanto, o aproveitamento dos atos praticados que não tenham gerado prejuízo ao servidor.

(E) a decisão poderá ser anulada pela própria Administração pública, em razão da obrigatoriedade de submeter todas as suas decisões em processos disciplinares à instância superior, com recurso obrigatório.

11.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Um servidor apresentou requerimento para que lhe fossem concedidas, em pecúnia, as licenças-prêmio a que fazia jus, com base em legislação recém-aprovada pelo ente público cujo quadro integrava. Durante o prazo para apresentação de recurso administrativo contra a decisão que indeferiu o requerimento, a Administração pública

(A) não poderá rever a decisão administrativa, tendo em vista que o processo administrativo depende de provocação do interessado.

(B) pode revogar a decisão de ofício, nos casos de ilegalidade expressa.

(C) pode anular a decisão proferida, de ofício, no caso de constatar que estava eivada de ilegalidade.

(D) deve intimar o interessado para que informe se irá apresentar recurso e, diante da negativa, poderá exercer seu poder de revisão dos atos administrativos.

(E) pode rever a decisão de ofício, desde que tenha sido apresentado recurso pelo interessado, ainda que não tenha invocado a ilegalidade.

12.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Uma autarquia responsável pela execução de serviços rodoviários concedeu uma gratificação para determinado segmento de servidores. Um pequeno grupo de servidores de outro setor da autarquia requereu administrativamente a concessão da mesma gratificação. O servidor que apreciou o pleito estava substituindo a autoridade competente e entendeu por dar provimento ao requerimento. Findas as férias da autoridade competente, esta retornou às suas funções e identificou a decisão de seu substituto. Constatado que contrariava a legislação vigente,

(A) a autoridade competente deverá anular a decisão proferida, tendo em vista o vício de legalidade verificado, como expressão do poder de revisão dos atos administrativos.

(B) a autoridade competente deverá identificar se será melhor para os usuários do serviço que a decisão seja anulada, podendo, em caso negativo, convalidar o ato administrativo.

(C) o ato administrativo proferido será necessariamente submetido à análise revisional da autoridade competente, porque pro visório, assim como todos os demais de conteúdo decisório proferidos pelo substituto, para anulação ou convalidação.

(D) caberá a revogação da decisão proferida, tendo em vista que os atos administrativos de cunho constitutivo somente podem ser proferidos pela autoridade titular do cargo competente.

(E) a revisão do ato administrativo deverá ser requerida por meio judicial, tendo em vista que a autoridade que o proferiu era competente na ocasião.

13.(FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Suponha que determinada autoridade pública tenha concedido a particular permissão de uso de "box" em um Mercado Municipal. Posteriormente, foi constatado que a autoridade que praticou o ato não detinha a competência legal e tampouco houve delegação para a sua prática. Diante de tal situação, o ato em questão

(A) é nulo, devendo ser revogado administrativa ou judicialmente.

(B) é passível de convalidação pela autoridade competente.

(C) pode ser mantido, pela mesma autoridade, se verificado o interesse público na sua edição.

(D) não é passível de ratificação, dado o seu caráter discricionário, sendo nulo de pleno direito.

(E) ostenta vício de competência, insanável por se tratar de ato vinculado, cuja competência é sempre indelegável.

14.(FCC - AJ TRT11/TRT 11/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Melinda, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de competência. Cumpre salientar que a hipótese não trata de competência outorgada com exclusividade pela lei, mas o ato administrativo competia a servidor público diverso. Em razão do ocorrido, determinado particular impugnou expressamente o ato em razão do vício de competência. Nesse caso, o ato

5. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/2018) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais,

(A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção.

(D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(E) é vedada, sem exceção, a pena de morte no Brasil.

6. (FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) A Constituição Federal estabelece que

(A) é possível a admissão em um processo criminal de uma prova ilícita, desde que haja aceitação por parte do réu.

(B) ocorrerá automaticamente a perda da nacionalidade, em qualquer hipótese, caso o cidadão brasileiro adquira outra nacionalidade.

(C) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

(D) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo inconstitucional todo dispositivo legal que estabeleça qualquer forma de distinção entre os gêneros.

(E) a autoridade policial poderá determinar a entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, durante o dia, para a realização de busca e apreensão de objetos que possam servir de provas em processo criminal.

7. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) Em sede de ação de alimentos ajuizada pelos filhos em face do pai, a pensão alimentícia respectiva é fixada em 3 salários mínimos para cada um, por decisão de primeira, confirmada em segunda instância. Por discordar da fixação do valor de modo atrelado ao salário-mínimo, o pai deixa de efetuar o pagamento, por meses consecutivos, o que enseja o requerimento e consequente decretação de prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentícia. Nesse caso, à luz dos elementos fornecidos e consideradas a disciplina constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes,

(A) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, embora seja lícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, por se tratar de hipótese de prisão civil expressamente admitida pela Constituição.

(B) tanto a fixação da pensão alimentícia quanto a decretação da prisão pelo respectivo inadimplemento são legítimas, não havendo que se falar em coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

(C) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, razão pela qual é justificada a recusa ao pagamento e, conseqüentemente, ilícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

(D) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, pelo Supremo Tribunal Federal, em virtude de tratado internacional em matéria de direitos humanos do qual a República Federativa do Brasil é signatária, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

(E) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, conforme súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao pai ajuizar reclamação perante aquela Corte pelo seu descumprimento.

8. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) Considere que tratado internacional que veda a prisão civil do depositário infiel seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. À luz das disposições da Constituição Federal, trata-se de tratado

(A) incompatível com o direito brasileiro, uma vez que não poderia vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.

(B) incompatível com o direito brasileiro, apenas porque teria sido aprovado através de procedimento não previsto no texto constitucional, embora no mérito não haja óbice à vedação de prisão civil do depositário infiel.

(C) compatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, mas incompatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.

(D) incompatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento de aprovação, mas compatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, por se tratar de norma de direito fundamental mais protetiva do que aquela acolhida no texto da Constituição Federal.

(E) compatível com a Constituição Federal no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, ademais de não haver óbice material à vedação da prisão civil do depositário infiel, sendo referido tratado equivalente à emenda constitucional.

9. (FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) Está em conformidade com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal a decisão

(A) judicial que autoriza a autoridade competente a ingressar no domicílio do réu, durante a noite, sem seu consentimento, para que seja cumprido mandado de prisão expedido após o trânsito em julgado de sentença condenatória penal.

(B) judicial que autoriza a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, sendo incabível decisão judicial para determinar a mesma providência para fins de instrução processual civil.

(C) de membro do Ministério Público que autoriza o ingresso em domicílio, sem consentimento do morador, durante o dia, para que seja preso o devedor de obrigação alimentícia.

(D) de membro do Ministério Público que determina a suspensão das atividades de associação que persiga fins ilícitos.

(E) administrativa segundo a qual o direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação não se aplica no âmbito administrativo, mas apenas no judicial.

10. (FCC - AJ TRT15/TRT 15/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018) A Constituição Federal VEDA, como regra geral, a prisão civil por dívida,

(A) proibindo, expressamente, a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a natureza do depósito, ainda que permita a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

(B) ressaltando, expressamente, a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas o Supremo Tribunal Federal firmou tese jurídica, em sede de julgamento de recurso extraordinário com

repercussão geral reconhecida, no sentido de que todos os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, a hipótese de prisão do depositário infiel é inaplicável segundo o direito vigente.

(C) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, de outro lado, o Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante segundo a qual é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

(D) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas a jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal entende que os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, todas as hipóteses de prisão civil previstas na Constituição Federal são inaplicáveis segundo o direito vigente.

(E) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, segundo jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal, é vedada a prisão civil do depositário infiel apenas quando o depósito for fruto de ordem judicial.

11. (FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

A Constituição Federal, ao disciplinar o direito fundamental à propriedade, ao mesmo tempo estabelece mecanismos de proteção, e enumera algumas situações de intervenção do Estado na propriedade privada, regime esse que compreende a regra segundo a qual

(A) aos autores pertence o privilégio temporário para utilização de sua obra, transmissível aos herdeiros, pelo tempo que a lei complementar fixar.

(B) a autoridade competente poderá utilizar, no caso de perigo público iminente, a propriedade particular, assegurado, nessa hipótese, direito à prévia indenização, em dinheiro.

(C) a desapropriação poderá ocorrer por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, tendo como requisito constitucional inafastável a ulterior indenização em dinheiro.

5.(FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2018)

Atenção: A questão refere-se ao conteúdo programático de Administração Pública.

A expectativa da sociedade de que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva pode ser atendida, no que concerne à

I. eficiência, pelo uso racional dos recursos disponíveis e sua otimização.

II. eficácia, pela disponibilização à população das ações e serviços nos prazos demandados.

III. efetividade, pelo controle de legalidade da atuação da Administração.

Está correto o que consta APENAS de

(A) II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) I.

(E) I e II.

6.(FCC - AJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2018)

A partir da pesquisa junto à população local, como meta de um planejamento estratégico, uma entidade integrante da Administração pública federal se comprometeu a entregar, no prazo de 2 anos, equipamento público para prática de esportes e atividades culturais. Foram enviados todos os esforços necessários e, de fato, a entidade logrou entregar o equipamento finalizado ainda antes do prazo estimado. Contudo, auditoria do Tribunal de Contas constatou que, em face de falhas na gestão do contrato, com diversos aditamentos, o preço final pago pelo equipamento público foi significativamente superior ao seu custo, consumindo mais recursos orçamentários do que seria adequado. Nesse contexto, a gestão pública, na condução de tal ação, mostrou-se

(A) eficaz e eficiente, pelo cumprimento das metas estabelecidas, porém não efetiva em razão do prejuízo ao erário.

(B) efetiva, pelo atendimento aos anseios da população, porém ineficiente em razão do uso desarrazoado e inadequado dos recursos orçamentários alocados.

(C) efetiva e eficiente, pelo cumprimento do cronograma, porém não eficaz, na medida em que não se verificou o melhor uso dos recursos públicos.

(D) efetiva, eficaz e eficiente, pelo cumprimento das metas e satisfação do cidadão, sendo a questão financeira própria do campo da economicidade.

(E) apenas eficiente, em razão do cumprimento do cronograma, não podendo ser tida como eficaz e tampouco efetiva em razão do comprometimento inadequado de recursos que poderiam ser destinados a outras finalidades públicas.

7.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018)

Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.

II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge às legítimas expectativas dos administrados.

III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto que se afirma APENAS em

(A) III.

(B) II.

(C) II e III.

(D) I e II.

(E) I.

8.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Nos últimos anos, diferentes conceitos, alguns oriundos da iniciativa privada, passaram a permear a atuação da Administração Pública, entre eles:

I. Governança, que é sinônimo de governabilidade, e corresponde à legitimidade política.

II. Eficiência, relacionada com o uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços.

III. Efetividade, que diz respeito ao impacto final das ações e ao grau em que atinge os resultados almejados pela sociedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) III.

(E) II.

9.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Os conceitos de governança e governabilidade, embora não coincidentes, são indissociáveis e complementares, sendo aplicados, cada qual, em diferentes contextos. Nesse sentido, considere:

I. Governança, em uma de suas acepções, representa o modo como as organizações são administradas e controladas e como interagem com as partes interessadas.

II. Governabilidade refere-se às condições substantivas do exercício do poder e legitimidade do governo, derivada da relação com a sociedade.

III. Governança e governabilidade podem ser fundidas em um único metaconceito, correspondente a accountability, própria dos governos democráticos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

10. (FCC - AJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Constitui(em) característica(s) própria(s) e inovadora(s) do modelo gerencial de Administração pública, que o diferencia(m) dos outros modelos precedentes:

- (A) combate ao patrimonialismo.
- (B) controle de resultados.
- (C) formalização dos procedimentos.
- (D) profissionalização do corpo técnico.
- (E) hierarquia e meritocracia.

11. (FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2016)

É considerado um mecanismo característico da administração gerencial:

- (A) Controle rígido de procedimentos.
- (B) Gestão hierárquica.
- (C) Normas e regulamentos.
- (D) Controle de legalidade.
- (E) Gestão por Competências.

12. (FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Atenção: A questão refere-se ao Conteúdo Programático de Noções de Administração Geral e Pública.

O modelo de Administração gerencial que se procurou implementar no Brasil a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, nos idos de 1995, apresentou o conceito de publicização, consistente

- (A) nos mecanismos de transparência e governança aplicáveis à Administração, com foco no atendimento do cidadão.
- (B) no modelo oposto ao de privatização, mantendo sob a prestação direta do Estado todos os serviços públicos.
- (C) na atuação do Estado na economia como indutor do crescimento, mediante a encampação de atividades de interesse nacional.
- (D) na criação de agências reguladoras e agências executivas, para substituírem os mecanismos de regulação de mercado.
- (E) na transferência de serviços públicos não exclusivos para entidades não estatais, qualificadas como organizações sociais.

13. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/2018)

Considere que determinada sociedade de economia mista esteja na fase inicial de implementação de seu planejamento estratégico, mais precisamente na definição da "missão" da entidade, o que significa, de acordo com a conceituação apresentada pela literatura,

- (A) os futuros potenciais da entidade, com análise de variáveis internas e externas que impactam sua atuação.
- (B) o projeto de futuro da entidade, ou seja, quais os objetivos estratégicos a serem perseguidos.
- (C) a expressão da essência da entidade, de seus propósitos, ou, mais precisamente, da sua própria razão de existir.
- (D) os princípios, crenças e padrões que orientam a atuação da entidade e o comportamento de seus colaboradores.
- (E) as forças e fraquezas da organização, bem como os desafios e oportunidades identificados.

14. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018)

O planejamento estratégico de gestão de pessoas refere-se à maneira como a função de Gestão de Pessoas pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente,

- (A) estimular e cocriar a cultura organizacional.
- (B) favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) contribuir e participar de temas voltados para a perenidade da empresa.
- (D) favorecer e estimular a prática dos processos de qualidade.
- (E) incentivar e contribuir para ampliar a participação dos clientes no processo produtivo.

15. (FCC - AJ TRT11/TRT 11/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Assunto: Intenção estratégica ou desenvolvimento institucional

A visão de uma organização estabelece

- (A) o propósito orientador para as atividades da empresa e para aglutinar os esforços de seus membros, clarificando e comunicando sua estratégia comercial.
- (B) uma crença básica sobre o que se pode ou não fazer, sobre o que é ou não importante para a organização como as pessoas e os clientes, e aquilo que seus dirigentes acreditam.
- (C) os objetivos essenciais do negócio e está geralmente focalizada fora da empresa, ou seja, no atendimento a demandas da sociedade, do mercado ou do cliente.

- (D) 12,86.
(E) 5,06.

5. (FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/TELEFONIA/2018)

Do total de funcionários(as) de um tribunal, 20% têm menos de 40 anos de idade, e 70% são homens. Sabe-se ainda que 20% das mulheres que trabalham nesse tribunal têm menos de 40 anos de idade. A porcentagem do total de funcionários(as) desse tribunal que são homens e com 40 anos ou mais de idade é igual a

- (A) 52%
(B) 48%
(C) 56%
(D) 54%
(E) 45%

6. (FCC - TJ TRT11/TRT 11/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM/2017)

O preço de um sapato, após um aumento de 15%, é R\$ 109,25. Se o preço do sapato não tivesse sofrido esse aumento de 15%, mas um aumento de 8%, a diferença, em reais, entre os preços do sapato com cada aumento seria de

- (A) R\$ 7,65.
(B) R\$ 5,80.
(C) R\$ 14,25.
(D) R\$ 7,60.
(E) R\$ 6,65

7. (FCC - AJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir

- (A) 80%.
(B) 100%.
(C) 90%.
(D) 75%.
(E) 50%.

8. (FCC - TJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Uma cidade teve, em 2016, uma queda de 20,64% no número de mortos em acidentes viários em relação ao ano anterior. Tendo sido 992 o total de mortos em acidentes viários em 2016 nessa cidade, em 2015 foram

- (A) 1346
(B) 1250
(C) 1197
(D) 1160
(E) 1238

9. (FCC - TJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Em uma pesquisa, perguntou-se a 500 pessoas: "Qual o canal da TV aberta que você mais assiste?". Todas as pessoas responderam corretamente a pergunta, sendo que 225 disseram não assistir TV aberta, 110 responderam ser o canal 5, e 75 responderam ser o canal 4. A porcentagem das 500 pessoas que escolheram um determinado canal da TV aberta, mas que não tenha sido o 5 nem o 4, foi igual a

- (A) 18%.
(B) 33%.
(C) 15%.
(D) 22%.
(E) 37%.

10. (FCC - TJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2016)

Alberto fez uma dieta com nutricionista e perdeu 20% do seu peso nos seis primeiros meses. Nos seis meses seguintes Alberto abandonou o acompanhamento do nutricionista e, com isso, engordou 20% em relação ao peso que havia atingido. Comparando o peso de Alberto quando ele iniciou a dieta com seu peso ao final dos doze meses mencionados, o peso de Alberto

- (A) reduziu 4%.
(B) aumentou 2%.
(C) manteve-se igual.
(D) reduziu 5%.
(E) aumentou 5%.

11. (FCC - AJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2016)

Um comerciante compra certa mercadoria por R\$ 149,50 e estabelece o preço de venda levando em consideração que ele quer obter um lucro de 20% sobre o preço de venda, e que ele deverá pagar um imposto de 15% sobre o mesmo preço de venda. ○○○○ Nas condições dadas, o preço de venda da mercadoria deverá ser, em R\$, de

- (A) 235,00.
(B) 202,00.
(C) 210,00.
(D) 242,00.
(E) 230,00.

12. (FCC - AJ TRT20/TRT 20/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2016)

Um comerciante resolveu incrementar as vendas em sua loja e anunciou liquidação de todos os produtos com desconto de 30% sobre o preço das etiquetas. Ocorre que, no dia anterior à liquidação, o comerciante havia re-marcado os preços das etiquetas para cima de forma que o desconto verdadeiro, durante a liquidação, fosse de

16% sobre o preço anterior ao aumento com a remarcação. Sendo assim, o aumento do preço feito na remarcação das etiquetas no dia anterior à liquidação foi de

- (A) 24%.
- (B) 20%.
- (C) 21%.
- (D) 32%.
- (E) 34%.

13.(FCC - TJ TRT20/TRT 20/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2016)

Em um dia de atendimento externo, João atendeu 56 pessoas. No dia seguinte, João atendeu 25% a mais do número de pessoas que havia atendido no dia anterior. No terceiro dia, João novamente aumentou o número de atendimentos em 30% do número de atendimentos do dia anterior. O número de atendimentos realizados por João, nesses três dias, foi igual a

- (A) 195.
- (B) 217.
- (C) 161.
- (D) 184.
- (E) 111.

14.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO /2015)

Renato comprou um cartucho de tinta e dois pacotes de papel para sua impressora gastando, no total, R\$ 69,00. Sabe-se que o cartucho de tinta custou 30% mais caro do que os dois pacotes de papel juntos. Se cada um dos pacotes de papel custou o mesmo preço, então, em R\$, o preço do cartucho de tinta superou o de um único pacote de papel em

- (A) 24,00.
- (B) 21,00.
- (C) 28,00.
- (D) 26,00.
- (E) 23,00.

15.(FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2015)

Quando congelado, um certo líquido aumenta seu volume em 5%. Esse líquido será colocado em um recipiente de 840 mL que não sofre qualquer tipo de alteração na sua capacidade quando congelado. A quantidade máxima de líquido, em mililitros, que poderá ser colocada no recipiente para que, quando submetido ao congelamento, não haja transbordamento, é igual a

- (A) 818.
- (B) 798.
- (C) 820.
- (D) 800.
- (E) 758.

16.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

André, Bruno, Carla e Daniela eram sócios em um negócio, sendo a participação de cada um, respectivamente, 10%, 20%, 20% e 50%. Bruno faleceu e, por não ter herdeiros naturais, estipulara, em testamento, que sua parte no negócio deveria ser distribuída entre seus sócios, de modo que as razões entre as participações dos três permanecessem inalteradas. Assim, após a partilha, a nova participação de André no negócio deve ser igual a

- (A) 20%.
- (B) 8%.
- (C) 12,5%.
- (D) 15%.
- (E) 10,5%.

17.(FCC - AJ TRT11/TRT 11/APOIO ESPECIALIZADO/ODONTOLOGIA/2017)

José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a

- (A) 15.
- (B) 12.
- (C) 18.
- (D) 9.
- (E) 24.

18.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Um bônus de R\$ 47.600,00 foi distribuído, a três funcionários de uma empresa, em partes diretamente proporcionais às respectivas idades. Sabendo que as idades são 23, 35 e 54 anos, a diferença, em reais, entre o valor daquele que recebeu mais e o valor daquele que recebeu menos, é

- (A) 16650
- (B) 8925
- (C) 12745
- (D) 13175
- (E) 9850

19.(FCC - TJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2017)

Uma corda será dividida em três pedaços de comprimentos diretamente proporcionais a 3, 5 e 7. Feita a divisão, verificou-se que o maior pedaço ficou com 1 metro a mais do que deveria ser o correto para a medida do maior pedaço, e que o menor pedaço ficou com 1 metro a menos do que deveria ser o correto para a